

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

SENAC E SESC

Fruto de um trabalho conjunto das casas do comércio, nasceu a primeira unidade integrada do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e do Serviço Social do Comércio (Sesc) em Mato Grosso. O Sistema Comércio do estado inaugurou os novos polos Senac-MT e Sesc-MT em Lucas do Rio Verde, na última sexta-feira, 15.

INTEGRAÇÃO

Com mais de 1,2 mil m² construídos, a unidade é a primeira a abrigar qualificação profissional e serviço ao comerciante em um só lugar. O presidente do Sistema Comércio de Mato Grosso, o empresário José Wenceslau de Souza Júnior, afirmou que esse é um marco histórico para o sistema no estado. “É o primeiro no nosso estado”.

SER FAMÍLIA HABITAÇÃO

O Governo de Mato Grosso, por meio da MT Par, realizará o 1º Encontro SER Família Habitação – Construindo Lares e Fortalecendo Famílias, nesta quinta-feira, 21, em Cuiabá. O evento tem como objetivo reunir todos os atores envolvidos no programa, que já viabilizou mais de 12 mil moradias populares em todo o Estado.

ARTIGO//

A moratória da soja e o impacto ao produtor rural

Uma pergunta não retórica: quando a soja vira moeda de troca da ideologia verde?
A origem da moratória
A chamada moratória da soja surgiu em 2006 como um gesto emergencial para conter o avanço do desmatamento na Amazônia — uma espécie de virtuosa vestal apresentada em PowerPoint. Naquele momento, o pacto firmado entre ONGs ambientais, grandes tradings internacionais e o governo brasileiro parecia uma solução temporária e estratégica: evitar que novas áreas de floresta fossem convertidas em lavouras, sob risco de perda de mercados consumidores no Norte global.
O que deveria ser transitório, contudo, transformou-se, quase vinte anos depois, em uma verdadeira moratória climática permanente. No discurso, prometia-se equilíbrio. Na prática, o resultado foi outro.
A exclusão do produtor rural
Enquanto o mercado global segue sua lógica implacável, sem “moratórias”, os produtores brasileiros passaram a sofrer restrições injustas. Agricultores que cumprem o Código Florestal e possuem produção certificada por órgãos públicos começaram a ser excluídos do comércio internacional simplesmente por não se submeterem a regras privadas, ditadas por interesses externos.
A moratória passou a ignorar a soberania legislativa do Brasil, impondo cláusulas ideológicas que não dialogam com a realidade agrária nacional.
O verniz verde e a exclusão econômica

Por trás do discurso ambientalista, o mecanismo funciona como instrumento de exclusão econômica: favorece grandes grupos exportadores alinhados à pauta ESG global; penaliza médios e pequenos produtores, sobretudo nas fronteiras agrícolas da Amazônia; ameaça a segurança alimentar, a geração de empregos e a inclusão produtiva no campo.
O produtor rural brasileiro, nesse cenário, tornou-se um incômodo — um “mosquito” no meio de uma reunião do Fórum Econômico Mundial. Se segue a lei, se recupera áreas degradadas, se gera comida e emprego para o país: nada disso importa. O que vale é a imagem na capa da revista estrangeira e a nota de sustentabilidade do fundo europeu.
Novas injustiças sociais
Em nome de “salvar o planeta”, a moratória da soja criou novas desigualdades sociais e econômicas dentro do próprio Brasil. Pequenos e médios produtores foram expulsos do mercado internacional sem direito de defesa, enquanto grandes conglomerados passaram a decidir quem vende e quem não vende.
Transformou-se, assim, o grão de soja em um objeto moral: não basta mais produzir legalmente. É preciso provar que a terra foi convertida antes de julho de 2008 — ainda que legalmente, ainda que sob pleno direito. Caso contrário, a soja vira “maldita”, mesmo vinda de áreas produtivas há décadas e com reserva legal preservada.
O paradoxo brasileiro
Esse raciocínio enviesado cria um paradoxo: o Brasil, que já possui uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo, perde soberania sobre o uso de seu território agrícola para protocolos privados que se sobrepõem à lei nacional.
Ainda mais grave: a segurança alimentar nacional e global fica refém de certificações voluntárias impostas por agentes que não plantam, não

colhem e não enfrentam o risco climático real.
Impactos na cadeia produtiva
Ao impor barreiras inflexíveis a uma cultura essencial para a cadeia da proteína animal, a moratória: desorganiza a oferta de alimentos; encarece a ração animal; pressiona os preços internos; compromete o abastecimento futuro, em um mundo já marcado por crises alimentares e crescente instabilidade climática.
Conclusão
Se a moratória climática continuar sendo tratada como substituta da política pública e moeda simbólica de barganha internacional, o risco não será apenas para o agricultor. Será para toda a sociedade.
A floresta deve, sim, ser protegida. Mas a agricultura brasileira não pode ser relegada a um papel secundário em um teatro escrito no exterior, em que os brasileiros pagam o ingresso mais caro.
No fim, a moratória já não combate o desmatamento ilegal — tarefa que cabe à lei brasileira. Combate, sim, a liberdade do produtor rural e ameaça a soberania alimentar do país, em nome de um ambientalismo de palanque que serve mais ao marketing do que à preservação.

Advogada. Mestre em Direito. Consultora Jurídica em propriedade intelectual na agricultura – Neri Perin Advogados Associados. Advogado agrarista, especialista em Direito Tributário e em Direito Processual Civil pela UFP Diretor Administrativo da Neri Perin Advogados Associados.



PROJETO MÃOS QUE CRIAM RECEBE DOAÇÃO DE MALHAS DO ROTARY CLUB CENTRO

O Projeto Mãos que criam, organizado por mulheres costureiras do bairro Vila Esmeralda, recebeu uma importante doação do Rotary Club Tangará da Serra Centro. A iniciativa contou com a parceria de uma malharia de Diamantino, que enviou retalhos de tecidos para auxiliar na produção de estopas. “Temos o intuito de fechar uma parceria para que elas possam costurar camisetas e outros tecidos e depois enviar novamente para Diamantino”, informa o associado, Carlos Merlo.

Para Sideni Aparecida dos Santos Silva, uma das responsáveis pelo projeto, essa é uma importante conquista, pois muitas mulheres ainda não têm renda. “Eu agradeço a Deus e ao Carlito por essa parceria que está sendo maravilhosa. Isso é de grande valia, porque tem várias mulheres que estão aqui trabalhando e ainda não tem renda. Através dele conseguimos uma malharia para estar nos ajudando a trazer material para a gente trabalhar”.

Ela reforçou que essa parceria vai além do material recebido. “Essas mulheres que estão aqui



FOTO: DIVULGAÇÃO

trabalhando são aquelas que às vezes não podem trabalhar em outro local, às vezes porque não tem máquina, porque não tem condições mesmo. E através dessa parceria eu acredito ainda mais no nosso trabalho”.

Carlito fez um apelo para os empresários de Tangará para que possam ajudar. “Quero conclamar todas as malharias aqui de Tangará da Serra para que se engajem conosco nesse projeto fantástico, que possam fazer também a destinação das suas malhas, dos retalhos para essas senhoras, para que elas possam trabalhar, fabricar suas estopas e obter a sua renda”.